



CIÊNCIA

Avanços na vacina contra vício em crack

Pesquisadores da UFMG ganharam prêmio de 500 mil euros e se preparam para iniciar fase de teste em humanos

» DARA RUSSO
Especial do **Correio**
» MARINA DANTAS*
» VITÓRIA TORRES*

A vacina Calixcoca, desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), trilha novos passos em direção à aprovação para o tratamento de dependências químicas. No início de outubro, a pesquisa responsável pela iniciativa venceu o Prêmio Euro em inovação na saúde e recebeu um investimento de 500 mil euros. Agora, de acordo com o pesquisador e coordenador da pesquisa, Frederico Garcia, o estudo aguarda os investimentos já concedidos para registrar o medicamento e dar início aos testes clínicos.

"Estamos bem perto de ter a primeira vacina latino-americana antidroga. Ela não é uma panaceia, não é uma solução definitiva. Mas em um lugar onde não existe nenhum medicamento registrado, ela se mostra eficaz nos estudos e pode ser um benefício para as pessoas que sofrem com essa dependência", comentou o pesquisador ao **Correio**. "Para dar o próximo passo, estamos aguardando o governo de Minas Gerais, que prometeu um recurso de R\$ 10 milhões. Esse valor será usado para sintetizar o lote dentro das normas que são exigidas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), para assim testarmos o uso em humanos", detalha Garcia.

A pesquisa está em andamento desde 2015. Obteve resultados positivos nos testes pré-clínicos, que foram realizados em ratos. Com o uso da substância, foi possível observar a produção de anticorpos que bloqueavam a passagem da cocaína para o sistema nervoso dos roedores.

Garcia explica que, antes de desenvolver a pesquisa, já havia estudado publicações internacionais sobre vacinas antidrogas. No entanto, a principal inspiração para dar início à pesquisa foi uma norma publicada pelo Ministério Público de Minas Gerais em 2013. Nela, foi determinado que mulheres grávidas que fossem usuárias de drogas deveriam ser denunciadas pelos médicos obstetras ao Ministério Público para que os bebês fossem retirados dos cuidados delas.

"Então, de uma hora para outra, em um ambulatório de dependência química que eu coordeno, apareceram dezenas dessas mulheres pedindo: 'pelo amor de Deus, me ajuda a tratar, que eu não quero ficar sem o meu filho'", relembra o médico.

Ante o cenário, ele se juntou a Angelo de Fátima, também professor da UFMG, e ambos decidiram desenvolver uma nova molécula a partir da própria cocaína, que recebeu o nome UFMG-V4N2. "A gente modifica a cocaína para ligar ela a essa plataforma vacinal, chamada de cálix, para que, assim, ela possa ser usada como vacina", explica Garcia.

"É bastante original em termos de plataforma de pesquisa, porque é uma molécula totalmente sintética, ou seja, ela não precisa ser fabricada por bactérias, por fungos. É fabricada em um laboratório. Quase todas as vacinas são produzidas por esses modelos biológicos", completa o pesquisador.

Segundo ele, outra vantagem dessa solução é não trabalhar com materiais biológicos e a diminuição do custo de produção, especialmente considerando a logística de transporte e as condições de armazenamento da vacina.

Aliada no tratamento

A dependência química é um dos grandes desafios da saúde pública. Um exemplo é a proliferação de cracolândias em grandes centros urbanos. Segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS), em 2021, foram registrados cerca de 400 mil atendimentos a pessoas com transtornos mentais e comportamentais causados pelo uso de substâncias químicas, sendo quase 32 mil por uso de cocaína.

De acordo com relatório divulgado este ano pelas Nações Unidas, o consumo de cocaína no mundo aumentou depois da pandemia. Cerca de 22 milhões de pessoas consumiram a droga em 2021. Naquele ano, a produção do entorpecente na América do Sul — principal fornecedor em escala global — bateu um novo recorde, com 2,3 mil toneladas de cocaína pura. América do Norte e Europa são os principais destinos, mas a ONU observa um preocupante avanço na África e na Ásia. Outras estimativas, ainda não atualizadas, indicam que o Brasil rivaliza com os Estados Unidos entre os países com maior índices de consumo de crack.

Solução urgente

O médico psiquiatra do Instituto Meraki de Saúde Mental, Leonardo Rodrigues, destaca que a dependência química relacionada à cocaína e ao crack afeta milhões de pessoas. A busca por soluções, segundo ele, tornou-se urgente. Para ele, nesse cenário, a criação de uma vacina terapêutica é um grande avanço.

Nelson Almeida/AFP



Operação policial na cracolândia, em São Paulo: cientistas brasileiros obtiveram bons resultados em imunizante que impede efeitos da droga

Divulgação/UFMG



Frederico Garcia: remédio contribui para libertar paciente do vício

» Política antidrogas fracassou, diz Barroso

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, criticou, ontem, a política de drogas adotada no Brasil. Em evento organizado pelo BTG Pactual, o magistrado chamou as ações vigentes de "fiasco" e disse que há uma "exploração mal versada" sobre o tema. "Hoje em dia, quem define se é tráfico ou consumo pessoal é a polícia", disse Barroso. O ministro defendeu uma discussão mais ampla sobre o assunto no Supremo. Segundo ele, a Corte não está "mudando nada" do que já foi definido pelo Congresso Nacional.

O tratamento de dependências químicas tem várias fases, incluindo desintoxicação e reabilitação para tratar a abstinência. "Nesse intuito, são utilizadas algumas medicações para diminuir esses sintomas e fazer com que o paciente consiga se manter abstinente. A depressão, ansiedade e insônia também são tratadas dentro do âmbito da dependência química. Por isso, a vacina vai ter um papel muito importante para aumentar essa taxa de resposta", aponta Rodrigues.

Ele explica que o papel da Calixcoca no tratamento. "A recaída dos pacientes interrompe o ciclo de melhora. A intenção da vacina é impedir a passagem pela barreira hematoencefálica. Com isso, não vai acontecer o efeito psicotrópico da droga, diminuindo a ativação do sistema de recompensa. Isso pode prevenir uma recaída", completa.

Próximos passos

O futuro da pesquisa ainda depende de alguns passos. "Temos que refazer alguns pequenos estudos que são necessários para o registro, e assim que a Anvisa der o sinal verde, faremos um estudo de fase 1 (em humanos). Com esse estudo, será possível saber duas

coisas: primeiro, se a vacina produz anticorpos em humanos. Segundo, se tem algum efeito colateral que impeça o prosseguimento", diz o pesquisador Frederico Garcia.

Ele ainda explica que a testagem em humanos só ocorrerá após a aprovação da agência de vigilância e que o primeiro estudo deve acontecer dentro da universidade. "A gente faz questão de que o 'First in Human', que é o primeiro uso em humano, aconteça aqui, porque isso é importante para a cultura da universidade e para a cultura do país, no sentido de que a gente precisa começar a produzir produtos de alto valor agregado em vez de ficar só exportando."

A previsão é de que os estudos de fase 1 ocorram em até dois anos. E a expectativa da equipe de pesquisadores é de que a vacina se torne um produto definitivo nos próximos três ou quatro anos. "A dependência química é uma doença que priva a liberdade, a pessoa deixa de escolher usar ou não a droga. Qualquer remédio que ajude nesse processo vai ter um impacto importante para essas pessoas e para as famílias delas", conclui o pesquisador.

*Estagiárias sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Frente bolsonarista contra imunizante anticovid

» EVANDRO ÉBOLI

Quatro parlamentares do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, apresentaram requerimentos pela convocação da ministra da Saúde, Nísia Trindade, para explicar a inclusão de doses da vacina contra a covid-19 no Plano Nacional de Imunizações (PNI), a partir de 2024.

O governo fez um acordo com a oposição para que a ministra compareça à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. A convocação foi transformada em convite, e o dia

combinado para a presença da ministra é 28 de novembro.

Entre os autores do pedido para convocar a ministra está Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente. "A vacina contra a covid-19 ainda é muito recente e por isso há muitas dúvidas sobre os seus efeitos, especialmente em crianças. Nesse sentido, acredita-se que é extremamente prudente esperar por mais dados antes de tornar a vacinação obrigatória. Além disso, os últimos números comprovam que a covid-19 geralmente afeta crianças de forma menos severa

do que adultos, com uma taxa de mortalidade significativamente mais baixa em comparação com grupos etários mais avançados", justifica Eduardo Bolsonaro.

A base do governo reagiu. "Mais uma vez, assim como ocorreu durante a pandemia, o negacionismo ameaça levar a morte para milhares de brasileiros. Parlamentares ligados ao ex-presidente da República organizam-se para desacreditar as vacinas contra a covid-19. Argumentam que esse fato retira a liberdade das famílias brasileiras e, mais uma vez, falam em mutações e outros negacionismos que visam

confundir a população brasileira. É lamentável", disse o deputado Dorinaldo Malafaia (PDT-AP), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vacina.

O secretário de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel, explicou que a inclusão da vacina contra a covid no programa de imunizações está alinhada com a Organização Mundial de Saúde (OMS). "Estamos alinhados com a recomendação recente da OMS. Assim, a gente passa a incorporar a dose no calendário anual de vacinação para grupos prioritários.

Aqui no Brasil, ampliamos um pouco o grupo que a OMS recomenda, que é mais restrito. Vamos, na campanha de 2024, manter os mesmos grupos de 2023. Essas são as duas mudanças fundamentais", disse Maciel.

A presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR), também reagiu. "Querem convocar a ministra para mais um show de negacionismo e fake news. Nem a dor das famílias dos milhares de mortos na pandemia nem o sofrimento dos que ficaram com sérias sequelas da doença comovem essa gente", afirmou.



Estamos alinhados com a recomendação recente da OMS. Assim, a gente passa a incorporar a dose no calendário anual de vacinação para grupos prioritários"

Ethel Maciel, secretário de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde